

Sandra Raquel Rodrigues *
Maria José Ferreira dos Santos *
Pedro Brochado de Almeida **

Ranhados – uma aldeia duriense tradicionalmente ligada ao vinho

Ranhados é uma das dezasseis freguesias que constituem o concelho da Meda. Localiza-se nas «terras frias» entre os 500m e os 1000m de altitude, o que limita a actividade económica ao clima de serra; isto é, à produção de azeite, frutos, amêndoa e vinho de mesa. É sobre esta última produção que nos vamos debruçar, mais concretamente sobre as estruturas que lhe estão associadas e sobre o enquadramento histórico em que se inserem.

Da prospecção realizada na freguesia de Ranhados identificámos várias ocupações de épocas distintas e um número significativo de lagares escavados na rocha, todos com a particularidade de estarem próximos da Ribeira da Teja.

Principiando pelo povoamento, figuramos um quadro que remonta à Pré-História, sem no entanto assinalarmos um povoado. O mesmo já não se passa com a presença castreja na região, pois inventariámos dois castros: um deles, referido por Adriano Vasco Rodrigues¹, e que se localiza a norte de Ranhados, próximo da barragem, sendo designado por castro de S. Jurjo², e um segundo, mais a nordeste da sede de freguesia, o Castro de Parvoíce (Fig. 1).

Este último está implantado num cabeço muito fragmentado e possui um sistema defensivo amuralhado. O espólio encontrado reporta-se a fragmentos de cerâmica castreja. Na base deste cabeço apareceram também vestígios roma-

* Arqueóloga. Membro da equipa de História Antiga do GEHVID.

** Arqueólogo. Colaborador da equipa de História Antiga do GEHVID.

¹ Rodrigues – *Terras da Meda*, pp. 56-57.

² Antunes e Almeida – *Ranhados (Meda): a diversidade...*, p. 226: «É um clássico habitat da Idade do Ferro, com bons sintomas de romanização, a pontos de ser considerado como a possível capital dos “Meidobrigenses”. Possui ainda um sistema defensivo com duas ou três linhas de muralha. O espólio de superfície remete-nos para uma área intensamente aproveitada, onde não faltariam recursos económicos, uma vez que, espalhados pelos socacos, abundam a pedra aparelhada, os cossoiros, a cerâmica castreja e comum de época romana, a par com alguns fragmentos de bronze – onde se inclui uma fíbula –, escória de ferro, aos quais se poderá juntar uma moeda com o busto de Helena, mulher que foi de Constâncio Cloro».

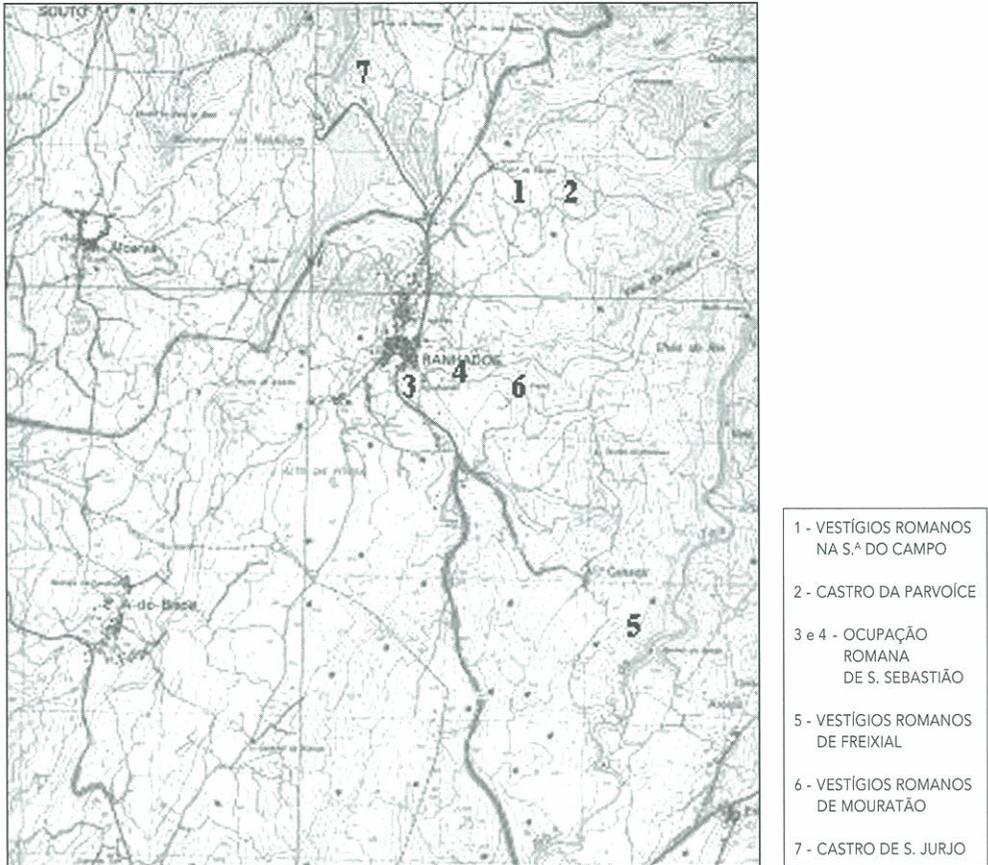


Figura 1 – Localização das ocupações Castrejas e Romanas.

nos, nomeadamente fragmentos de tégulas e de dólios que poderão atestar a ocupação do castro durante a Época Romana, o que de resto também se supõe para o castro de S. Jurjo.

Quanto à possível ocupação do castelo de Ranhados remontar à Idade do Ferro temos de ser algo reticentes, pois não encontramos vestígios que nos permitam afirmá-lo como tal.

Se os vestígios castrejos são ainda escassos, o mesmo não podemos dizer dos do período romano, cujas tégulas, os fragmentos de cerâmica comum, de dólios, um fragmento de fuste, de mós e muita pedra aparelhada nos levam a supor a presença de casais, ou mesmo de outro tipo de ocupação mais extensa na área em questão.

Para além da já referida continuada ocupação dos castros, inventariámos mais quatro locais distintos, todos eles situados a Este de Ranhados em direcção à Ribeira da Teja. Próximo da capela de Nossa Senhora do Campo, numa chã plan-

tada de amendoeiras, abundam as pedras aparelhadas e os fragmentos de tégulas. Uma segunda ocupação localiza-se também próximo da capela do mártir S. Sebastião e da aldeia de Ranhados. Os fragmentos estendem-se por uma área considerável, preenchida por pomares. Ligeiramente a Este desta ocupação fomos encontrar mais vestígios, num local conhecido por Mouratão. A última presença atestamo-la mais próximo da Ribeira da Teja, para sudeste de Ranhados, no lugar de Freixial, cujos terrenos estão cultivados com vinhas, oliveiras, figueiras e amendoeiras (Fig. 2).

Relembrando o período conturbado da romanização, cujo início na Península Ibérica se deu com o desembarque de Cneu Cipião em Ampúrias, no ano de 218 a C, verificamos que os Lusitanos tentaram por várias vezes contrariar o domínio do poder romano. Ora o território dos Meidubrigenses, inserido na Lusitânia deveria ser palco de grandes confrontos; vejamos a título de exemplo o assalto que Quinto Cássio Longino (pós 48 a C.) faz a Medobriga e os Montes Hermínios, nos quais os Medobrigenses se haviam refugiado. «Neste montes, as tropas proclamaram-no «imperator» decerto porque Longino obteve sobre os nativos algum notável triunfo»³.

Quanto à localização de *Medobriga*, é quase unânime que seria algures nesta área, se tivermos em atenção a inscrição da Ponte de Alcântara⁴ e se veri-



Figura 2 – Vista geral da povoação de Ranhados.

³ Alarcão – *O domínio romano em Portugal*, p. 26.

⁴ *Ibidem*, p. 16.

ficarmos que a referência segue a regra de orientação geográfica. Isto é, os Meidubrigenses seguem-se aos Aravi, que eram os habitantes do território que hoje corresponde a Marialva, na ordem da inscrição, logo localizam-se a norte destes. Colocamos no entanto uma questão: será que a capital dos Medobrigenses era no castro de S. Jurjo, e porquê? Por ser o mais romanizado? Então questionamos, e o castro de Parvoíce? E porque não outro que ainda não tenhamos assinalado?

Muitas questões poderíamos continuar a colocar mas para as quais pensamos ainda não existirem resposta, tanto mais que em nenhum dos povoados referidos foram feitas sondagens arqueológicas, nem existe referência a qualquer epígrafe que nos forneça os elementos que necessitamos.

Embora não possamos localizar com precisão a capital dos Medobrigenses, podemos talvez avançar com o período de alguma aculturação e que terá sido preconizada com a reforma político-administrativa de Augusto. Será muito provável que só após o *terminus* dos confrontos com os romanos, tenham sido introduzidos os hábitos culturais de Roma, nomeadamente o cultivo da vinha. Os romanos, ao contrário dos gregos, tinham o vinho como elemento comum do quotidiano, não como hoje mas como símbolo de «civilização»⁵. Retiraram-lhe o carácter «exacerbadamente» divinizado que os gregos lhe tinham atribuído – não tivessem sido estes grandes apreciadores de simpósios⁶ – e tornaram-no, decerto, num hábito dos nativos da região.

Se a cultura do vinho se enraizou no período romano, o seu desenvolvimento terá tido uma forte queda no período seguinte, aquando das invasões da Península iniciadas no século V, e agravadas com o avanço e recuo da linha de fronteira da ocupação muçulmana desde o século VIII⁷.

A introdução ao estudo de Ranhados medieval depara-se, desde logo com uma grande surpresa. A referência documental medieval relevante mais antiga que conhecemos para a região onde pontifica Ranhados data de 960. O documento refere-se ao momento em que D. Flâmula, ao tomar consciência do seu estado de saúde e temendo a chegada da sua morte, decide doar em testamento todo um conjunto de bens que possuía, entre outros locais, na região da Beira Interior, a sul do rio Douro, ao Mosteiro de Guimarães⁸.

⁵ Flandrin e Montanari – *História da alimentação...*, p. 247: “César e Tácito reclamavam-se de uma tradição bem definida quando identificavam a “bestialidade” das populações bárbaras – que acabariam, apesar de tudo, por se submeter em parte à civilização romana – com um sistema de alienação que se apoiava na exploração dos mansos naturais de preferência à actividade agrícola, na caça e na criação de animais em semi-liberdade de preferência à cultura dos campos e da vinha».

⁶ Flandrin e Montanari – *História da alimentação...*

⁷ Sousa e Pereira – *Alto Douro, Douro Superior*.

⁸ PMH, DC 81; VMH, 11

Tal como já foi reconhecido por M. Barroca⁹, a análise daquele documento reveste-se de especial importância para o estudo da castelologia – e não só – da Beira Interior porque nele são arrolados, para doação, um total de 10 castelos: «... *nostros castellos id est Trancoso, Moraria, Longobria, Nauman, Vacinata, Amindula, Pena de Dono, Alcobria, Seniorzelli, Caria...*»¹⁰.

Ranhados, curiosamente e apesar da sua povoação ser actualmente coroada por um castelo (Fig. 2), não aparece referenciado no rol de castelos doados por D. Flâmula ao Mosteiro de Guimarães, o que nos leva a admitir, como hipótese provável, a inexistência de uma estrutura defensiva em Ranhados em meados do século X. Isto mesmo pode ser reforçado quando nos apercebemos que, não muito distante, aparece referenciado o castelo de «Alcobria», que corresponderá actualmente a Alcarva¹¹. Não estamos certos que a importância geo-política daquele espaço físico justificasse, pese embora o processo de reconquista ainda não estivesse totalmente consolidado – só o foi após a reconquista daqueles territórios por Fernando Magno na campanha de 1055-57¹² –, tamanho investimento em estruturas fortificadas.

Podemos, inclusivamente, avançar um pouco mais com a nossa especulação e afirmar que, àquela data, Ranhados não existiria sob forma de aglomerado populacional e em sua vez, Alcarva, tirando partido da protecção oferecida pelo seu castelo, atrairia uma boa parte das populações que gravitavam em seu redor. Para comprovarmos o que agora afirmamos bastará recordar a passagem do testamento de D. Flâmula onde esta doa, a par dos castelos, todas as povoações que lhes estavam associadas e entre elas Alcarva: «...*nostros castellos ... cum alias penellas et populaturas que sunt in ipsa stremadura...*»¹³.

Não estamos, com isto, a afirmar que Ranhados seria uma localização geográfica ermada – os possíveis defensores desta teoria rapidamente poderiam advogar em favor da já ultrapassada teoria do ermamento provocado pelo processo conturbado de reconquista –, mas antes estruturada em aglomerados populacionais dispersos que, ainda hoje, embora cada vez menos, caracterizam toda a região envolvente. Exemplo disso mesmo são as diversas quintas, algumas das quais insistem em resistir à ruína e ao abandono, que se espalham pelos férteis vales das imediações, embora isoladas do centro geográfico da freguesia.

O passar dos séculos não foi piedoso para com a estrutura castelar de «Alcobria» que, entretanto, desapareceu sem deixar vestígios visíveis da sua

⁹ Barroca – *A terra e o castelo...*, p. 94.

¹⁰ P.M.H., *D.C.* 81; V.M.H., 11.

¹¹ Alcarva, que em tempos manteve independência administrativa, acabou por ser incorporada à freguesia de Ranhados em 1844 por insuficiência populacional.

¹² Barroca – *A terra e o castelo...*, p. 95.

¹³ P.M.H., *D.C.*, 81; V.M.H., 11

presença em Alcarva. O facto de não existir uma correspondência óbvia entre o topónimo «Alcobria» e uma estrutura fortificada em Alcarva tem alimentado alguma discussão entre os historiadores que, amiúde, dedicam alguma da sua atenção a esta questão. A tradição local, contudo, insiste na presença de um castelo no topo daquela localidade o que, por si só, poderá não ter grande significado, mas associada à presença de cerâmicas tipologicamente enquadráveis na Idade Média será um indício importante para clarificar todo este quadro histórico baseado em conjecturas. Se a tudo isto juntarmos a perduração, numa das suas ruas, do topónimo «castelo» então, na nossa perspectiva e até apresentação de provas em contrário, poucas dúvidas subsistem: «Alcobria» corresponderá a Alcarva.

Tomando o que dissemos até este ponto, somos obrigados a pensar que o castelo de Ranhados não assenta as fundações no século X, sendo uma construção militar mais tardia. Estamos também convictos que a estratégia de defesa das populações residentes na área geográfica de Ranhados seria definida em torno do castelo de Alcarva.

O Mosteiro de Guimarães perdeu, em finais da X.^a centúria (987), o controlo sobre as possessões que detinha na Beira Interior quando o Almansor empreendeu uma grande investida que fez deslocar para norte a fronteira que definia os territórios controlados pelos cristãos¹⁴. O espaço físico de Ranhados, como seria de esperar, também regressou ao controlo muçulmano, sendo definitivamente incorporado no território cristão no decurso da campanha de reconquista encetada por Fernando Magno (1055-57) que abriu caminho à tomada de Coimbra em 9 de Julho de 1064¹⁵.

A reconquista daquele território por Fernando Magno fornece o devido enquadramento histórico que possibilita compreender a realização, em 1059, de um inventário dos bens do Mosteiro de Guimarães, onde se volta a referir os bens doados por D. Flâmula em 960: «...*Et in extremis ex alia parte durio castellos. Id sunt Trancoso, cum suas villas. Longrobria. Terrenio. Moraria, Nauman. Vacinada. Pennadedomno, Amendula. Seniorzelli. Alcobria et Caria, istas penas cum toto suo devido...*»¹⁶.

Na opinião de Mário Barroca, esta passagem distingue claramente dois tipos de estruturas militares: o castelo e as penellas. O primeiro, por ter sido identificado individualmente, corresponderia a uma estrutura militar mais importante, ao passo que as segundas seriam estruturas militares secundárias – erguidas sobre penedias – cujo funcionamento dependeria e complementarria o castelo¹⁷.

¹⁴ Barroca – *A terra e o castelo...*, p. 96.

¹⁵ A.P.V., p. 27; Barroca – *A terra e o castelo...*, p. 101.

¹⁶ P.M.H., D.C. 420; V.M.H., 45.

¹⁷ Barroca – *A terra e o castelo...*, p. 98.

Mas onde se localizaram estas «penellas»? E poderá alguma delas ser o embrião do castelo de Ranhados?

De momento a resposta a qualquer uma destas questões, por falta de documentação histórica ou, quando esta existe, por não ser totalmente explícita, corresponderá a um mero exercício especulativo.

Ranhados terá obtido a emancipação de Alcarva durante o século XIII, quando D. Dinis ordenou a sua povoação através da emissão de uma carta de foral, a 26 de Julho de 1286¹⁸. Na nossa opinião, a construção da estrutura castelar de Ranhados terá resultado da iniciativa de D. Dinis e por isso, contemporânea da carta de foral. O monarca, numa tentativa de aumentar a atractividade daquela povoação, concedeu a 4 de Agosto de 1299 carta de feira, realizada na primeira segunda-feira de cada mês¹⁹.

Na opinião de Virgínia Rau, a outorgação de uma carta de feira pressupunha, mais que uma medida puramente económica, um acto político-social. A escolha de povoações a agraciar com uma carta de feira pressupunha, em especial em zona relativamente próxima da fronteira, a existência de um castelo capaz de defender as populações de eventuais ataques. Era, por assim dizer, uma forma de promover o aumento da população em zonas fronteiriças como forma de afirmar a posse administrativa daquele território²⁰. A concessão de uma carta de feira a Ranhados, caso a hipótese académica defendida por aquela autora possa ser aplicada ao caso em estudo, aponta para a existência de uma estrutura castelar. Não fomos, sem embargo, capazes de encontrar referências directas à construção de semelhante estrutura, embora estamos em crer que D. Dinis não concederia uma carta de foral e mais tarde, uma carta de feira, a Ranhados caso aí não existisse uma estrutura defensiva construída ou em construção.

São poucos, contudo, os textos medievais conhecidos que se referem a Ranhados. Os poucos existentes permitem-nos, sem embargo, perceber que Ranhados foi doado, juntamente com a vila de S. João da Pesqueira, por D. Fernando aos irmãos Távora, Rui e Pero Lourenço. Esta doação, firmada em 1382, foi confirmada por D. João I, em 1384, bem como por D. Duarte no decurso do primeiro ano do seu reinado (20 de Novembro de 1433)²¹.

A vila de Ranhados manteve-se na posse dos Távoras até que, já em plena Idade Moderna, é vendida por João Teles de Távora a Diogo Sampaio. D. Manuel I, em 24 de Setembro de 1501 confirma e autoriza a passagem do direito de propriedade da família dos Távoras para a dos Sampaio²².

¹⁸ Liv. II de Doações do Sr. Rei D. Dinis, fl. 123, col. 2.

¹⁹ Chanc. de Dinis, Liv. I, fl. 273.

²⁰ Rau – *Feiras medievais...*, pp. 155-156.

²¹ Chanc. de D. Duarte, doc. 25, vol. I, Tomo I, p. 19.

²² Dias – *Livro dos Forais...*

O texto da carta de feira, infelizmente, e à imagem do carta de foro de D. Dinis, não se refere aos produtos que eventualmente pudessem ser transacionados pelo que não nos é possível perceber quais os que seriam produzidos em Ranhados. Com isso não pudemos, também, comprovar documentalmente que existe uma ligação estreita entre a produção de vinho e de azeite e Ranhados. Aliás, voltamos a sentir o mesmo problema quando procuramos esmiuçar os dados fornecidos pela carta de foro de D. Manuel (29 de Novembro de 1512)²³. Existem, contudo, outros dados que, a nosso ver, deverão ser devidamente estudados.

Ranhados assistiu no século XVI, ao contrário do que nos é dado a perceber nas freguesias que a circundam, a um desenvolvimento acentuado da sua malha urbana. Deste período restam ainda muitas habitações que nas suas fachadas ainda ostentam com orgulho traços inconfundivelmente manuelinos. Estas alterações arquitectónicas operadas em Ranhados introduziram, de modo massivo, uma realidade até então estranha naquelas paragens.

Mas será lícito considerar que este crescimento urbano ficou a dever-se à produção vinícola? Não existe no estado actual da investigação, uma resposta que permita dissipar por completo as nossas dúvidas. É, contudo, certo que muitas das casas de traça arquitectónica manuelina albergam no seu interior lagares (Fig. 3). A sua presença poderá, então, apontar a cumplicidade entre estas estruturas e a pujança económica que permitiu o desenvolvimento urbano quincentista.

A ausência de fontes específicas para a total reconstituição histórica da vila e concelho de Ranhados cria-nos aqui um hiato temporal de cerca de duzentos anos. Ranhados era, na segunda metade do século XVIII, uma vila, cabeça de concelho, da Casa do Infantado, tendo anteriormente sido Comenda da Ordem de Cristo e domínio do Marquês de Vila Real²⁴.

Em 1821 o concelho de Ranhados era constituído por três freguesias – Ariola, Poço do Canto e Ranhados –, tendo mais tarde sido anexada a esta última a antiga freguesia de Alcarva. Com as reformas liberais, em 1836 o concelho de Ranhados foi extinto, sendo definitivamente incorporado na Meda alguns anos depois²⁵.

Interessa-nos, sobretudo, analisar a produção vinícola de Ranhados, e apesar da falta de fontes e dados mais concretos, a leitura das *Memórias Paroquiais de 1758* fornece-nos algumas informações fundamentais. Ranhados tinha então, no total da vila e paróquia, 240 fogos e 627 almas maiores²⁶. Nas duas feiras anuais que aí se realizavam, no S. Martinho e no dia de Santa Cruz, certamente

²³ Ibidem.

²⁴ Lima – *Terras portuguesas*, pp. 136-137; Costa – *Dicionario corográfico...*, pp. 34-35.

²⁵ Ibidem.

²⁶ Rodrigues – *Terras de Meda...*, pp. 220-223.

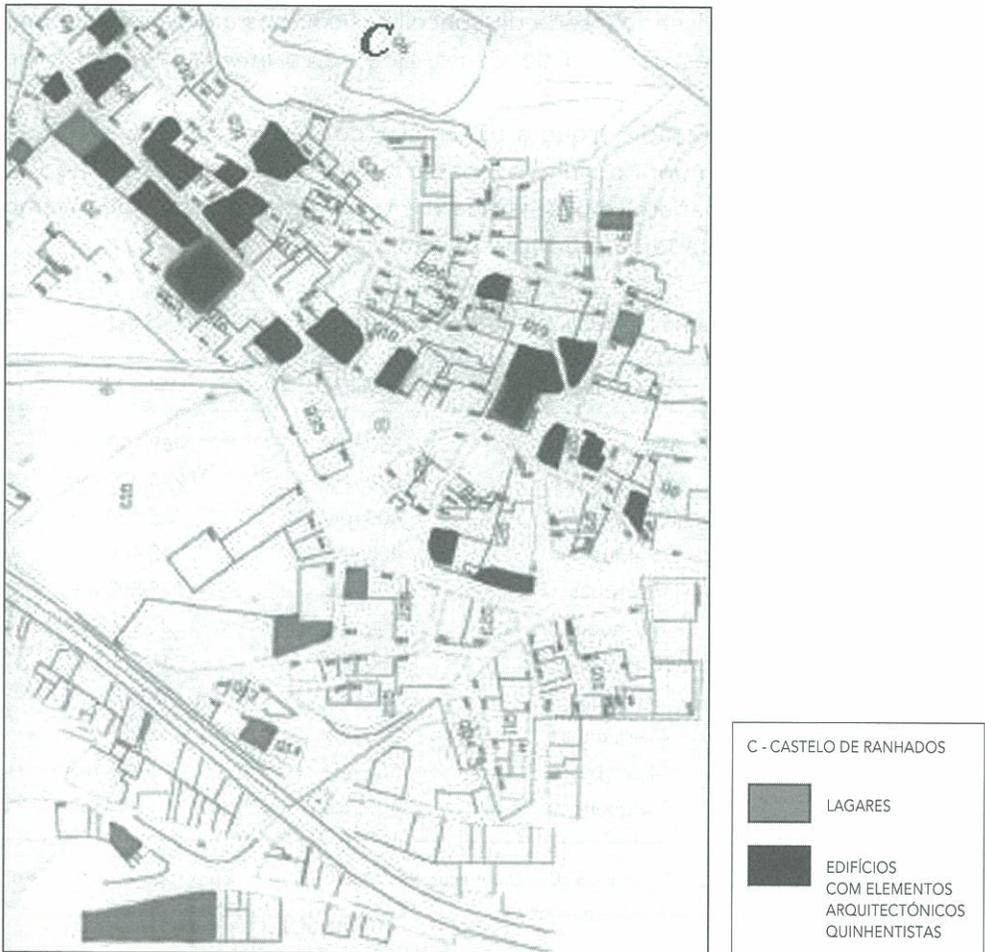


Figura 3 – Planta da povoação de Ranhados (Fonte: G.T.L. da Câmara Municipal da Meda).

se comercializavam os principais produtos do concelho, que as *Memórias* apontam como sendo o centeio, o milho grosso, a castanha, o vinho e o azeite. A proeminência do cultivo cerealífero naquela área é atestada pelo facto de existirem vários moinhos no rio Torto e na ribeira da Teja, e destes trabalharem todo o ano a «moer pão».

Uma fonte preciosa para o presente estudo foi a *Descrição do Rio Douro para cima do Cachão da Valeira*, publicada por Aurélio de Oliveira e Natália Costa²⁷. Trata-se de um manuscrito de 1790 que resultou de uma viagem de dois Comissários da Companhia Geral da Agricultura ao Vale do Douro. Apesar

²⁷ Oliveira e Costa – *Um manuscrito inédito...*

da expedição não ter visitado a sede do concelho, ficou-nos a descrição pormenorizada das produções de Poço do Canto, que então integrava o termo de Ranhados.

Podemos ver pelo Quadro I que a principal produção era, efectivamente, a do centeio, e muito embora o vinho ocupasse o segundo lugar, produzindo-se então o palhete e o maduro, a quantidade e a receita provenientes do mesmo constituía cerca de metade da produção de centeio.

Quadro I – Produções de Poço do Canto em 1789

Produto	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
Centeio	853 alqueires	550 reis	469.150 reis
Vinho	400 almudes	600 reis	240.000 reis
Trigo	104 alqueires	600 reis	62.400 reis
Cevada	46 alqueires	400 reis	18.400 reis
Lã	6 arrobas	3.200 reis	28.800 reis
Azeite	8 almudes	3.400 reis	27.200 reis
Milho grosso	30 alqueires	500 reis	15.000 reis
Linho	4 arrobas	3.200 reis	12.800 reis
Tremoço	4 alqueires	550 reis	2.200 reis
Sumagre	4 arrobas	550 reis	2.200 reis
Lentilha	3 alqueires	400 reis	1.200 reis

Fonte: OLIVEIRA, Aurélio de; COSTA, Natália da – *Um manuscrito inédito sobre o douro superior em finais do século XVIII*. «Douro. Estudos e Documentos». Porto: G.E.H.V.I.D., n.º 1, 1996, pp. 212-213 e 247-248.

Esta predominância das culturas cerealíferas sobre a produção vinícola da região manteve-se até à segunda metade do século XIX, tendo mesmo sido necessário implementar um conjunto de normas legais que beneficiassem o cultivo da vinha e da oliveira, (porque, efectivamente, a produção vinícola era baixa tendo em conta o número de habitantes). É o caso das *Posturas Municipais do Concelho da Meda*, aprovadas em 1860/61²⁸, que preconizam uma atitude de real ataque à produção de gado e à pastorícia em favor da agricultura. Como exemplos concretos, as *Posturas* interditam os lameiros de Ranhados aos patos, extinguem as cabradas e proíbem o gado de andar por entre os olivais, e os cães de andar nas vinhas, sob pena de pesadas coimas serem imputadas aos proprietários dos animais pelos eventuais prejuízos causados nas produções.

²⁸ Rodrigues – *Terras de Meda...*, pp. 255-274.

A expansão efectiva do vinhedo e da produção vinícola só tem efeitos visíveis a partir do século passado. No entanto, as medidas proteccionistas implementadas pela Administração Central desde os finais do século XVIII e até à primeira metade do século XX acabaram por provocar uma certa inércia e enfraquecimento das iniciativas privadas locais, criando fortes laços de dependência do Douro relativamente à cidade do Porto e ao mercado externo.

Ranhados sofreu de forma indirecta as consequências do protecționismo e, sobretudo, das várias geografias da Região Demarcada do Douro. Quando em 1907 a Comissão de Viticultura da Região do Douro foi criada, cada um dos concelhos integrantes tinha dois representantes na Comissão Executiva, eleitos pelos seus principais quarenta produtores²⁹. Por esta altura ainda o concelho da Meda fazia parte da Região Demarcada. Em 1908 reduz-se o número de vogais de alguns concelhos a um representante, entre eles o da Meda, que logo perde a importância e a capacidade de decisão que até então o igualava perante os restantes municípios³⁰. O culminar desta situação de declínio acontece após a queda de João Franco, quando a demarcação passa a ter por unidade geográfica de base a freguesia, e já não o concelho.

Ranhados fica assim parcialmente excluído da Região Demarcada do Douro, privado dos benefícios e investimentos que a inserção naquela unidade económica lhe permitiria eventualmente obter. Esta situação resulta do facto da freguesia constituir em si mesma uma dicotomia no que concerne à qualidade e produtividade das suas terras, visto que as terras viradas ao vale da Ribeira da Teja, de solos xistosos, constituem ainda hoje os mais férteis solos de produção vinícola por oposição à parte sudoeste, de solos graníticos, onde dominam os olivais e as terras de monte.

No decurso das prospecções levadas a cabo na freguesia de Ranhados tivemos ocasião de inventariar e registar até ao momento vinte e três lagares, o que aponta de imediato para uma efectiva produção de vinho naquela área. Dez destas estruturas são lagares rupestres, escavados na rocha, e que se encontram actualmente à superfície, por entre terrenos de cultivo e à mercê da destruição. Torna-se difícil à partida inferir qualquer conclusão da cronologia de construção e utilização destas estruturas, embora alguns deles se situem em áreas onde abundam vestígios castrejos e romanos. A evidência arqueológica não é, nestes casos, assim tão evidente porque estes lagares são estruturas passíveis de reutilização em qualquer época, e porque a sua associação a outros vestígios arqueológicos é sempre subjectiva e sujeita às mais variadas interpretações. Faltam trabalhos de escavação que permitam correlacionar inequivocamente uma

²⁹ Sequeira – *A questão duriense...*, pp. 46-47.

³⁰ *Ibidem*, pp. 48-49.

determinada tipologia de lagar e técnicas de produção com uma determinada época e respectivas ocupações.

Analisando a cartografia dos lagares de Ranhados podemos comprovar a dicotomia de que há pouco falávamos. Como podemos observar na Figura 4,

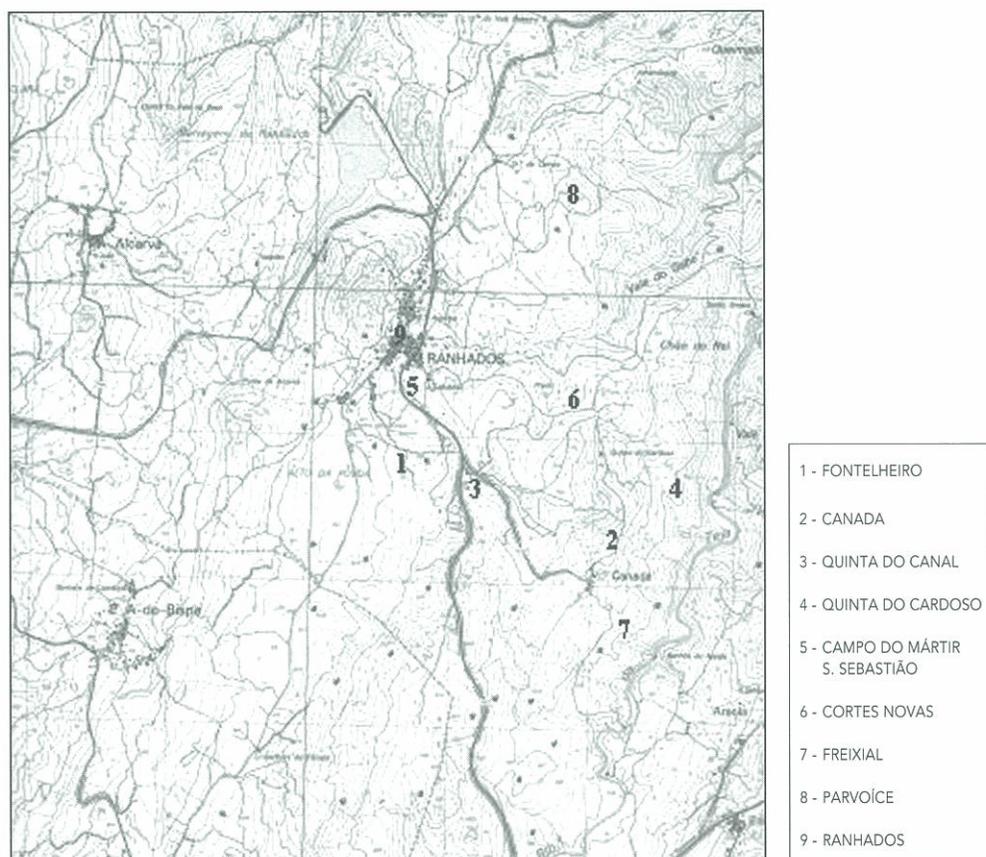


Figura 4 – Localização dos lagares escavados na rocha.

todos eles se encontram na parte Leste da freguesia, virados à Ribeira da Teja, distribuindo-se pelos seguintes locais: 2 lagares em Fontelheiro, 1 em Canada, 2 na Quinta do Canal (Fig. 5), 1 na Quinta do Cardoso, 2 em S. Sebastião, 1 em Freixial e outro em Parvoíce. Tivemos ainda ocasião de registar um peso, em Cortes Novas, de um lagar que aí se encontrava totalmente destruído. Em quase todas estas estruturas se verifica a existência de *stipites* laterais para encaixe do engenho de madeira, e quase todos eles são constituídos por dois tanques. As exceções são lagares da Quinta do Cardoso e os de S. Sebastião. A ausência das *stipites* pode indicar que nestes três lagares a pisa do bagaço não seria feita

Ranhados – uma aldeia duriense tradicionalmente ligada ao vinho

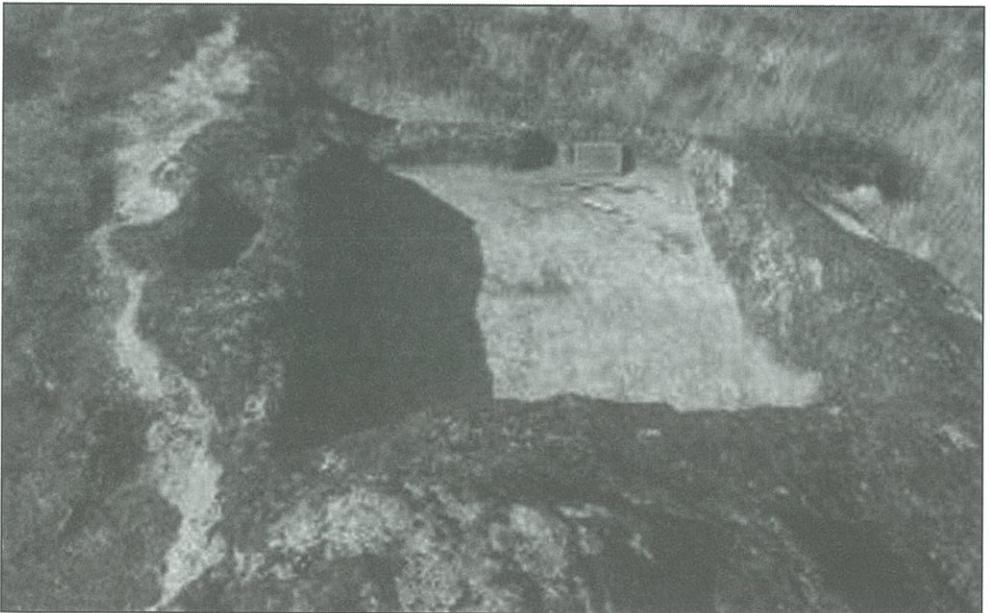
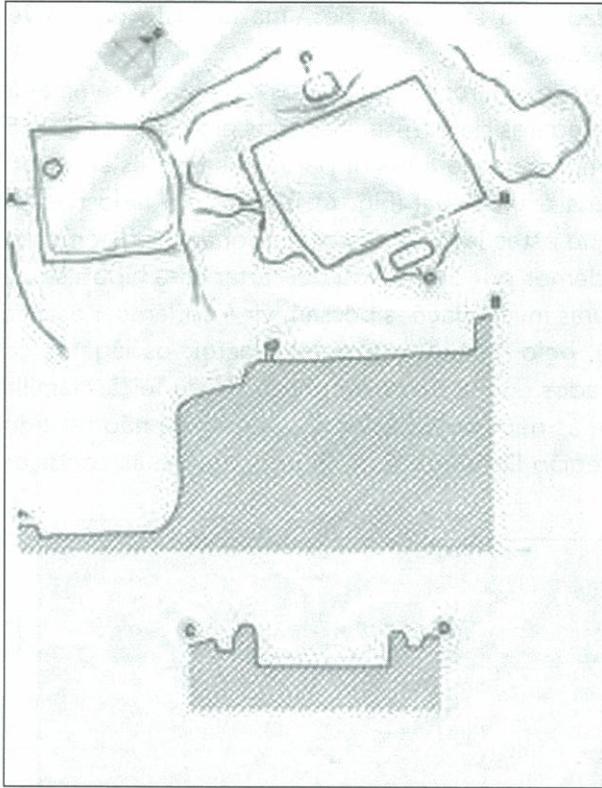


Figura 5 – Lagar da Quinta do Canal.

no local, ou então seria efectuada por uma outra técnica, revelando assim um arcaísmo da produção³¹.

Os restantes treze lagares inventariados encontram-se na aldeia de Ranhados e são todos eles lagares de prensa, inseridos em edifícios (Fig. 5).

Podemos comprovar que a maior parte dos lagares se associam a povoados de Época Romana e Medieval (Fig. 6). Se por um lado não podemos seguramente afirmar que estes lagares se correlacionam directamente com estas ocupações, não podemos por outro lado descartar essa hipótese. Resta-nos apenas esperar que futuras investigações possam vir a esclarecer estas questões.

Conclusivo é, pelo menos, o seguinte factor: os lagares cavados na rocha estarão relacionados com a pequena produção de feijão familiar, capaz de responder somente às necessidades locais. Apesar de não ter tido capacidade de integração na Região Demarcada do Douro, devido às condições geoclimáticas

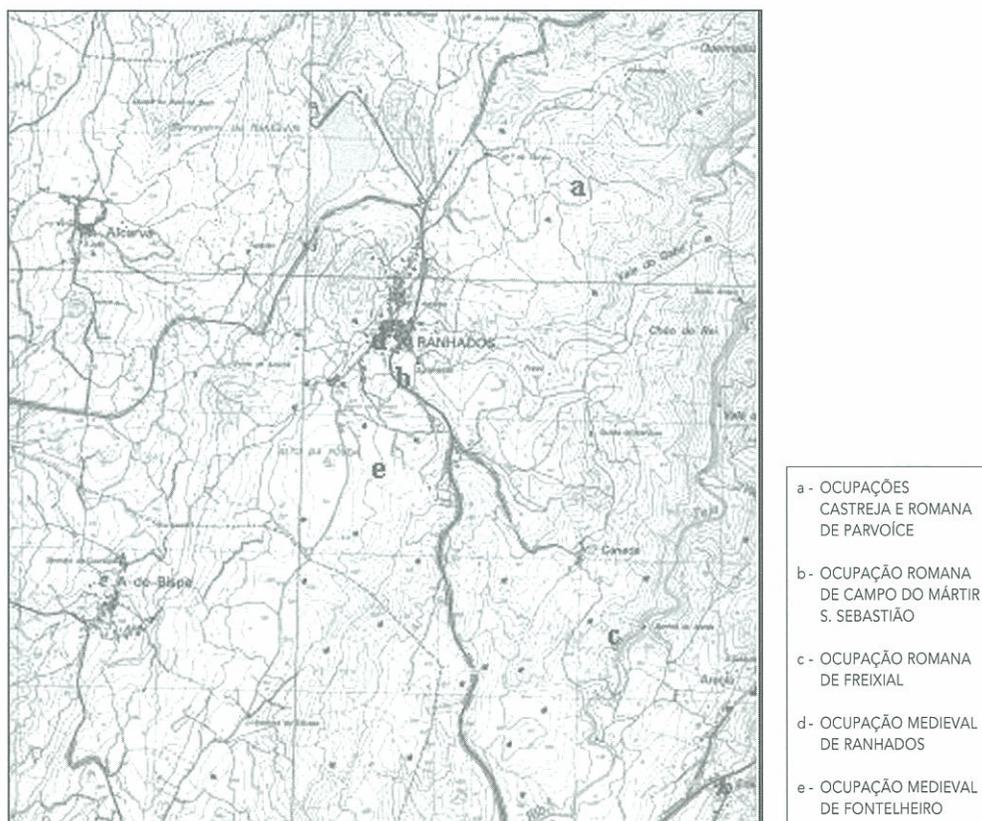


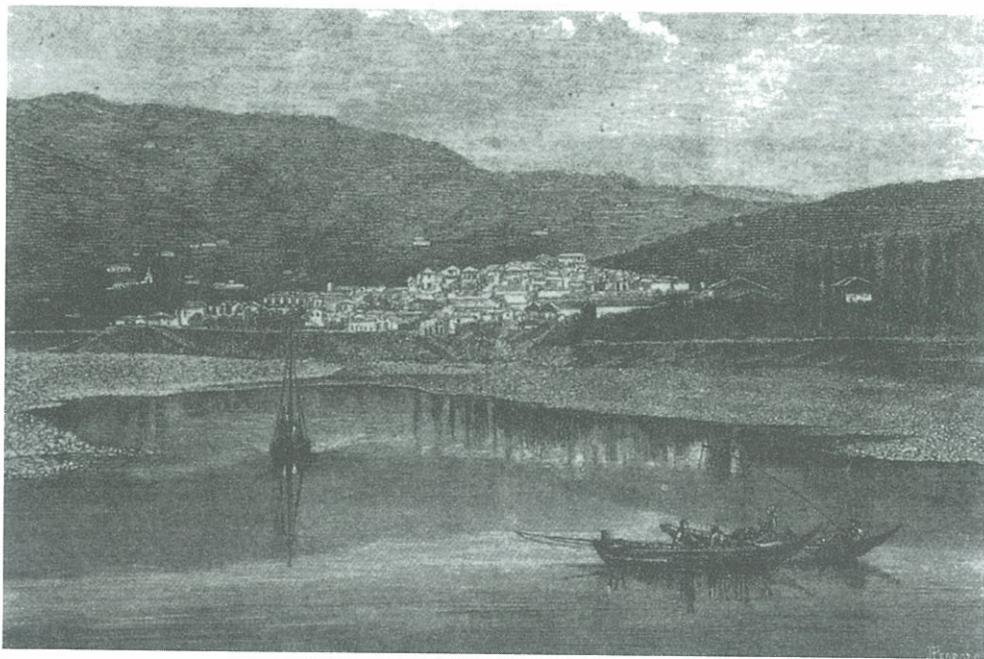
Figura 6 – Localização dos lagares associados a ocupações.

³¹ Almeida, Antunes e Faria – *Lagares cavados na rocha...*

que possui, Ranhados esteve sempre associado à cultura do vinho e da vinha, permanecendo ainda hoje ligado à tradição vitivinícola duriense.

BIBLIOGRAFIA

- ALARCÃO, Jorge de – *O Domínio Romano em Portugal*. Publicações Europa-América, 1988.
- ALARCÃO, Jorge de – *Portugal Romano*. Lisboa: Editorial Verbo, 1987.
- ALMEIDA, C. A. B.; ANTUNES, J. V.; FARIA, P. B. – «Lagares cavados na rocha: uma reminiscência do passado na tradição da técnica vinícola no vale do Douro». *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa: I.P.A. Vol. II, nº 2 (1999).
- ALMEIDA, C. A. B.; ANTUNES, J. V.; FARIA, P. B. – «Rastreamento das antigas ocupações humanas no território meridional da vila da Meda». *Douro. Estudos e Documentos*. Porto: G.E.H.V.I.D. nº 7 (1999).
- ALMEIDA, C. A. B.; PINTO, P. C. e ALMEIDA, P. M. B. – «Os lagares cavados na rocha do castelo de Castorigo-Pegarinhos (Alijó)». *Douro. Estudos e Documentos*. Porto: G.E.H.V.I.D. nº 4 (1997).
- ALMEIDA, C. A. B.; SILVA, J. G. – «Os vestígios alto-medievais de Muimentos (Fonte Longa-Meda)». *Douro. Estudos e Documentos*. Porto: G.E.H.V.I.D. nº 5 (1998).
- ANTUNES, J. V.; ALMEIDA, P. M. B. – «Ranhados (Meda): a diversidade das permanências humanas evidenciada pela prospeção arqueológica». *Douro. Estudos e Documentos*. Porto: G.E.H.V.I.D. nº 5 (1998).
- BARROCA, M. J.; MORAIS, A. – «A Terra e o Castelo. Uma experiência arqueológica em Aguiar da Pena». *Portugália*. Porto, nº 6-7 (1985/86).
- COSTA, Américo – *Dicionário Corográfico de Portugal Continental e Insular*. Porto: Ed. Livraria Civilização, 1948. Vol. X.
- COSTA, Avelino Jesus – *Diccionario Chorographico de Portugal Continental e Insular*. Porto: Livraria Civilização, 1948.
- DIAS, Luís Fernando de Carvalho – *Livro dos Forais Novos da Comarca da Beira*. Edição do Autor, 1961.
- FLANDRIN, Jean-Louis; MONTANARI, Massimo – *História da Alimentação. Dos Primórdios à Idade Média*. Terramar, 1996.
- LEAL, A. Pinho – *Portugal Antigo e Moderno*. Lisboa: Livraria Editora Mattos Moreira e Cia., 1875.
- LIMA, Batista de – *Terras Portuguesas*. Póvoa do Varzim: Tipografia Camões-Editora, 1936. Vol. IV.
- OLIVEIRA, Aurélio de; COSTA, Natália da – «Um manuscrito inédito sobre o douro superior em finais do século XVIII». *Douro. Estudos e Documentos*. Porto: G.E.H.V.I.D. nº 1 (1996).
- RAU, Virgínia – *Feiras Medievais Portuguesas*. Lisboa: Ed. Presença, 1982.
- RODRIGUES, Adriano Vasco – *Terras da Meda, Natureza e Cultura*. Meda: C. M. da Meda, 1984.



O Douro junto à Régua. Gravura: J. Pedrozo, ca. 1875.

Boletim de Assinatura a enviar ao GEHVID – Faculdade de Letras da Universidade do Porto • Apartado 55038 • 4051-452 PORTO

DOURO Estudos & Documentos

Assinante individual (17,46 €)

Nome: _____

Morada: _____

Tel: _____ Fax: _____ Profissão: _____

Instituição: _____

Assinante institucional (19,96 €)

Nome: _____

Morada: _____

Tel: _____ Fax: _____

(Nº de exemplares que deseja assinar: _____)

Junto envio cheque nº _____ do Banco _____
no valor de _____ à ordem do Centro Leonardo Coimbra – Faculdade de Letras da
Universidade do Porto (GEHVID), para assinatura individual/institucional (riscar o que não interessa)
dos nºs _____ a _____ revista **DOURO – Estudos & Documentos**.



Grupo de Estudos de História
da Viticultura Duriense e do Vinho do Porto